

● Tema da Semana

PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2004 SERÁ ENCAMINHADA AO CONGRESSO

Recursos para serem gastos com pessoal deverão triplicar

O Congresso deverá examinar nos próximos dias a proposta de orçamento para 2004, elaborada pelo Governo Federal. Nela estão contidas todas as previsões de receita e de despesas da União para o próximo ano, inclusive as relativas aos servidores públicos.

Segundo o Secretário de Recursos Humanos, Luís Fernando Silva, a previsão é contar com cerca de três vezes mais recursos do que os direcionados pelo governo anterior para as políticas de pessoal em 2003. Com esse patamar espera-se uma negociação mais tranqüila com as entidades representativas dos servidores federais a respeito da destinação dos recursos disponíveis.

Ele afirma que estarão em discussão questões como a garantia de participação da União no financiamento de planos de saúde complementar para todos os servidores federais, a continuidade da política de reestruturação das bases salariais do Poder Executivo, a definição de uma política salarial para os servidores federais e a revisão de benefícios salariais indiretos, como vale-alimentação e auxílio-creche.

“Nosso objetivo é estabelecer uma negociação que resulte em um conjunto de ações governamentais que, unidas, signifiquem um importante avanço na política de valorização do exercício da função pública e de recuperação do poder aquisitivo das remunerações dos servidores, em especial do Poder Executivo”, salienta.

Ampliação de vagas

O Orçamento de 2004, na área de pessoal, deverá incrementar despesas com o crescimento do número de servidores federais. Só até junho passado o governo já havia autorizado a realização de concursos para provimento de mais de 18 mil vagas. Além

disso, foram anualizadas despesas geradas com negociações específicas realizadas em 2003. Isso ocorreu com algumas categorias de servidores públicos, visando o cumprimento de acordos firmados, mas não cumpridos pelo governo anterior. A medida foi acertada na Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Os novos números evidenciam os propósitos do Governo Lula de promover a recomposição da força de trabalho no setor público, em especial nas áreas sociais. Setores como Previdência e Educação onde estão concentradas as novas contratações já aprovadas, são os primeiros exemplos de contraposição à política de terceirização adotada pelo governo anterior.

● Benefícios

VALE-ALIMENTAÇÃO É REAJUSTADO EM 33,4%

Benefício será pago aos servidores do Executivo a partir de setembro

O vale-alimentação será reajustado a partir de 1º de setembro. O ministro Guido Mantega, do Planejamento, Orçamento e Gestão, aprovou a proposta de recomposição do poder aquisitivo do benefício no âmbito do Poder Executivo, formulada pela Secretaria de Recursos Humanos e cuja primeira parcela, de 33,4%, vigora a partir de Setembro.

Desde janeiro de 1995 o vale-alimentação pago aos servidores do Poder Executivo havia sofrido a incidência de um único reajuste, de 3,5%, concedido em janeiro de 2001, permanecendo “congelado” no restante do período, o que levou a Secretaria de Recursos Humanos a constatar uma defasagem de cerca de 77% em média.

O Governo dá início, desta forma, ao processo de recomposição do poder aquisitivo original do benefício em questão, sendo que as demais parcelas de reajustamento (previstas para 2004) serão negociadas diretamente com as entidades representativas dos servidores federais, na Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Os recursos orçamentários necessários para a implementação desta política já foram inseridos no orçamento de 2004, a ser divulgado ainda esta semana.

● Educação

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL PARA SERVIDOR PÚBLICO

O programa deverá atender cerca de 150 mil servidores que desejam cursar uma faculdade

Você já ouviu falar em FIES? É o Programa de Financiamento Estudantil criado pelo governo brasileiro com o objetivo de financiar a graduação no ensino superior, para estudantes que não têm condições de pagar uma faculdade.

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento irá estender este benefício aos servidores públicos federais que já concluíram o ensino médio ou o Programa de Escolarização Básica do governo e agora precisam de ajuda financeira para continuar seus estudos. A nova medida deverá beneficiar cerca de 150 mil servidores de norte a sul do país. Para sua implantação e adequação à realidade dos servidores, a Secretaria já manteve contato com o Ministério da Educação (que coordena o FIES) e com a Caixa Econômica Federal (que libera os recursos).

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, aprovou a iniciativa. Participando do Programa de Financiamento Estudantil o servidor terá acesso a juros bem mais baixos que os praticados pelo mercado e, principalmente, a facilidade de diluir as prestações até o final do curso, sem comprometer a sua renda.

Diante da possibilidade das mensalidades serem descontadas diretamente na folha de pagamento, na forma de consignação, a expectativa é a de que a taxa de juros para os servidores possa ser ainda menor, na medida em que diminuem os riscos de inadimplência.

Outra vantagem da medida é a contratação do financiamento sem muita burocracia. As regras e a seleção dos alunos-servidores e demais procedimentos de inscrição serão divulgadas em edição do **CONTATO** assim que o programa estiver definitivamente aprovado e em processo de implantação.

Outras informações sobre o FIES poderão ser obtidas nos sites do Ministério da Educação (www.mec.gov.br/sesu/fies/default.shtm) e da Caixa Econômica Federal (www.fies.caixa.gov.br).

Tire suas Dúvidas

SERVIDOR AFASTADO PODE CONTRIBUIR PARA O PSS

É a melhor opção para quem deseja continuar a ter os benefícios do plano

O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem remuneração, poderá manter a vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público (PSS). Isto poderá ser feito mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, inclusive sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, as vantagens pessoais.

Dessa forma os servidores, durante o período de afastamento, apenas estarão amparados pelos benefícios do PSS se contribuírem para o referido plano.

Fala Servidor!

3,17% SAI EM AGOSTO

Senhor Editor

Lembro-me que estava previsto o pagamento de uma parcela dos 3,17% para o mês de agosto. Verificando a prévia do meu contracheque na internet, percebi que não está constando nada. Gostaria de saber o motivo. O próprio governo disse que pagaria este dinheiro em parcelas, sendo uma em janeiro e outra em agosto.

Obrigada.

Vera Lúcia Diniz da Silva
Delegacia da Receita Federal em Sete Lagoas/MG

RESPOSTA DA REDAÇÃO

Prezada Vera Lúcia

A Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, estabeleceu em 14 parcelas o pagamento ao qual você se refere. A primeira parcela foi paga em dezembro de 2002 e a segunda será efetuada na folha de agosto para todo os servidores federais.

Conforme prevê a MP, as doze parcelas restantes serão quitadas em até sete anos, sempre nos meses de agosto e dezembro, constando nos contracheques de setembro e janeiro, respectivamente.

Recomendamos que você procure a unidade de Recursos Humanos de seu órgão de origem para obter mais esclarecimentos.

NUPLAN – Núcleo de Planejamento
Secretaria de Recursos Humanos - SRH